

Ideologia da competência dentro do sistema educacional

Lucineide Alves dos Santos^{s1}

Marcelo Máximo Purificação²

RESUMO

Este artigo propõe discutir sobre como a Ideologia da Competência é evidenciada no sistema educacional, enfatizando o caráter do mérito. Questiona-se se ela é capaz de esconder a desigualdade social de classes, culpabilizando o indivíduo de seu “fracasso” ou “sucesso” no mercado de trabalho. Desse modo, os competentes detentores do conhecimento exercem o domínio sobre os incompetentes. O artigo tem como objetivo discutir a meritocracia na visão da educação e como a ideologia da competência age ocultando a realidade tal como ela é. Por meio do desenvolvimento do artigo, evidencia-se os efeitos negativos que a ideologia da competência traz para o processo de ensino aprendizagem, capaz de interferir negativamente na relação entre professor e estudante.

Palavras-chave: Educação. Ideologia. Meritocracia. Competência.

Ideology of competence within the educational system

ABSTRACT

This article proposes to discuss about how the Ideology of Competence is evidenced in the educational system, emphasizing the aspect of merit. It is questioned if this ideology is able to hide the social inequality of classes, blaming the person for his “failure” or “success” in the labor market. Therefore, the competent holders of knowledge exercise dominion over the incompetent ones. The article aims to discuss meritocracy in the view of education and how the ideology of competence acts by hiding reality as it is. Through the development of the article, it is evident the negative effects that the ideology of competence brings to the teaching-learning process, capable of interfering negatively in the relationship between teacher and student.

Keywords: Education. Ideology. Meritocracy. Competence.

¹ Mestranda em Educação FacMais. E-mail: lucineidealves@aluno.facmais.edu.br; ORCID:0009-0002323995

² Professor PPGE FacMais. E-mail. Marcelo.ueg@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende investigar de forma mais “precisa” os modos pelos quais a ideologia da competência se efetiva por meio da meritocracia dentro dos Sistemas Educacionais e, por fim, nas escolas. A ideologia da competência dissimula a divisão social de classe, mas o faz de maneira a perpetuar a desigualdade social por meio dos possuidores do conhecimento científico e tecnológico, “os chamados competentes”, sobre os que executam o trabalho, “os incompetentes”, comandados pelos especialistas.

As invenções ideológicas substituem a lógica da produção pela circulação donde a ideia de que, nas Universidades, a avaliação não deve ser feita pela qualidade do trabalho, mas pela quantidade de circulação do que é produzido; substitui a lógica do trabalho pela da comunicação donde a ideia de que dispositivos técnicos/tecnológicos são recursos mais importantes do que professores bem formados e bem pagos (CHAUI, 2014).

Os políticos enfatizam um discurso fantasioso, ao invés de atacarem o problema da desigualdade por meio de reformas econômicas, preferiram dar vazão ao crédito do mérito incentivando uma busca pela igualdade de oportunidades por meio da educação. Isso é o que teria dado origem ao que ele chama de um dos efeitos colaterais mais irritantes da arrogância meritocráticas, dando confiança prioritária à ideia de que o sucesso e o fracasso de uma pessoa estão intimamente ligados à sua capacidade em conquistar um diploma universitário (SANDEL, 2020).

Diante do apresentado, em relação à atuação da ideologia da competência em sistemas educacionais, a qual se baseia, em partes, no caráter meritocrático, a pergunta central que deu origem a esse estudo se assenta em: “O que preconiza a ideologia da competência em relação à meritocracia dentro do sistema educacional?”.

Dentro desse contexto, como hipótese da problemática levantada, acredita-se que em determinadas ocasiões o sucesso profissional não se baseia apenas em uma questão de esforço, de mérito, de trabalho, de estudo, visto que a falta de oportunidades, acentuada pelas desigualdades sociais, como base educacional, familiar, econômica, são aspectos que podem influenciar o resultado do sucesso ou do fracasso profissional. Assim, tem-se a impressão de que os que estudaram em boas escolas e tiveram recursos para acessar livros, internet, bens culturais, uma boa rede de contatos, sai na frente na busca pelos melhores cargos profissionais.

Não há como nivelar a competição no mercado de trabalho, desconsiderando a história de vida de cada um, o gênero, a raça, a condição social.

Com o intuito de direcionar o desenvolvimento do estudo, foi definido um objetivo central, estruturado em discutir a meritocracia na visão da educação e como a ideologia da competência age ocultando a realidade tal como ela é. Para atingir o escopo central com maior facilidade e planejamento, o mesmo foi dividido em objetivos menores, denominados de específicos, que são representados por: debater o conceito de ideologia e como se baseia a ideologia da competência; apresentar como o conceito de meritocracia é abordado em contexto social; analisar como a ideologia da competência é encontrada em ambiente educacional e seus efeitos negativos.

1. CONCEITO DE IDEOLOGIA DA COMPETÊNCIA

A conceituação da palavra “ideologia”, como ciências sociais, é provavelmente uma das teorias mais controversas. Abercrombie, Hill e Turner elucidaram a definição do termo “ideologia” como sendo amplamente aceitável com dificuldades conceituais e analíticas do que provavelmente qualquer outro termo das ciências sociais.” (CODATO, 2012, p. 187).

O conceito de ideologia, originalmente ligado à teoria marxista, aos poucos foi perdendo credibilidade em nome de noções concorrentes, como as de “derivações” (Pareto), “representação coletiva” (Durkheim), “hegemonia” (Gramsci) “utopia” (Mannheim) “mito” (Barthes), “discurso” (Pêcheux), “imaginário” (Castoriadis), “mentalidade” (Febvre), “doxa” (Bourdieu), entre outras. A recusa do conceito de ideologia na sua essência foi creditada devido à variedade e à complexidade do mundo social que aqueles termos substitutivos permitiriam melhor captar. Para além disso, as diferenças que eram puramente políticas influenciaram a atividade intelectual, que estiveram na base da superação ideológica (CODATO, 2012).

O tradicional reconhecimento da teoria ideológica marxista fez com que o seu sucesso científico dependesse diretamente do prestígio acadêmico e da importância política dessa teoria ideológica social. Conforme o prestígio universitário em relação à teoria marxista diminuiu nos últimos anos do século XX e nos primeiros do século XXI (SOARES, 2013), diminuiu também a capacidade de descobrir ou inventar teorias e em relação à noção de ideologia não foi diferente. (EAGLETON, 1997).

Simultaneamente a esse acontecimento cultural da contemporaneidade, é importante considerar uma segunda ocorrência ideológica, marcada por no “mínimo a ruína ou morte das ideologias”, o termo “ideologia” passou a ser ele mesmo ideológico, não se tratando de um fenômeno social, não necessitava haver uma teoria conceitual. No final dos anos 1950, Daniel Bell publica um livro intitulado de *The End of Ideology*, cujo título dispensaria maiores interpretações (CODATO, 2012).

Outro acontecimento importante ocorrido na virada da década de 1980, os pós-modernos, vivendo eles em uma sociedade “pós-industrial” e “pós-classista” decretaram que também a nossa época seria “pós-ideológica”. É, portanto, nesse contexto histórico que é colocada em dúvida a razão de ser do conceito teórico de ideologia (CODATO, 2012).

Nota-se que mais precisamente na contemporaneidade, a teoria ideológica torna-se desacreditada por possuir diversas interpretações sem conceituações concludentes. Sendo assim, o termo “ideologia” passou a ser ele mesmo ideológico e sem prestígio, na medida em que diminui a capacidade de conceituação e veracidade. Portanto, a ideologia como caráter prescritivo, normativo e regulador usada pela classe mais rica, mais afortunada, os intelectuais “competentes”, sobre os que executam o trabalho, os mais pobres os “incompetentes” para dominá-los, é algo também que necessita de uma conceituação mais plausível, não seria a ideologia ela mesma uma ideologia?

O termo “ideologia” pode ser entendido como um conjunto coerente e lógico de representações de normas ou regras de conduta, ideias e valores que determinam aos membros de uma sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem fazer e como devem fazer, o que devem valorizar e como valorizar. Em suma, ela é um conjunto de ideias que possui um caráter regulador, normativo e prescritivo, com função de dar aos membros de uma sociedade uma explicação razoável para as diferenças sociais, econômicas e culturais (CHAUÍ, 2001).

Ao invés do que se preconiza, a função da ideologia é ocultar a dominação política, a exclusão cultural, as diferenças sociais e econômicas de uma sociedade dividida em classes sociais. Os referenciais como a Humanidade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Nação foram identificados como forma de oferecer aos membros de uma determinada sociedade um sentimento de identidade social (CHAUÍ, 2001).

O autor marxista foi o primeiro a analisar o fenômeno da ideologia como forma propagação das ideias, dos valores advindos da classe dominante e como estes valores e ideias

fossem reconhecidos ou aceitos para toda sociedade como “verdades universais aceitas por todas as classes sociais” (CHAUÍ, 2001).

Os ideólogos de origem alemã tentam arquitetar veementemente uma crítica aos conhecidos hegelianos, denunciando-os de idealistas por se limitarem, entre outros fatores, ao simples confronto das ideias e não constatarem nem mesmo a relação da concepção ideológica alemã com a realidade histórica a qual viviam. Independentemente da consciência que resulta desse processo, chamaram, o grupo de representantes socialistas, de “ideologia”.

Para Marx e Engels, a história não se desenvolve como concretização das ideias; ao contrário, essas é que procedem da base material da primeira. Embora o termo “ideologia” tenha se destacado entre os filósofos com significado de “distorção” falsa “consciência”, ou ainda “falsa ilusão”; embora isso tenha se tornado “habitual” reportar-se ao termo em relação a eles em um único sentido, com significado expreso acima, sua interpretação é bastante variada e ganha aparências distintas ao longo de suas produções, de acordo com os usos e contextos históricos que fazem os autores. Para além disso, de acordo com a teoria ideológica alemã, se destacam duas concepções fundamentais: a ideologia que aparece como ideias da “classe dominante” ligada à noção de estrutura de classes e termos afins; e a outra, que surge como “distorção”/inversão da “falsa consciência”.

Percebe-se que, embora diversos “ideólogos” tentem conceituar a ideologia com uma explicação plausível da hegemonia da classe dominante sobre as classes subalternas, esses mesmos ideólogos deixam em evidência que são meras constatações, que se perpetuam dentro de uma sociedade desigual, tornando natural a dominação daqueles que detêm o poder. Outro lance importante a ressaltar da ideologia refere-se à multiplicidade de sentidos que torna difícil a precisa identificação e a conceituação do termo.

A ideologia da competência teve origem e disseminação internacional, mas foi adaptada diferentemente, pelos enclaves nacionais do capitalismo financeiro. Surgiu inicialmente no interior do Fordismo de 1930 com a divisão entre gerência científica e trabalho especializado e, por fim, chegou à fase marcada pelo neoliberalismo. Ao longo dos tempos, a ideologia se apresenta de diversas formas: burguesa, fordista e neoliberal, no caso do Brasil, ela se manifesta na forma mais autoritária (CHAUÍ, 2001)

Segundo Marilena Chauí, houve um desmonte da antiga Universidade liberal e do Sistema Público de Ensino dando início a um processo de exclusão social que acirrou as desigualdades sociais, nas décadas seguintes, preparando território para os neoliberais fazerem

a sua tentativa de privatizações. As Universidades são organizadas de acordo com o modelo fordista, dirigida por administradores competentes, que não são escolhidos pela comunidade universitária, mas designados por grupos econômicos e políticos no controle do Estado (CHAUÍ, 2001).

A comunidade Universitária, por sua vez, passa a ser controlada para executar as diretrizes de produção cultural definidas pelos administradores competentes. É uma Universidade que não forma sujeitos reflexivos, capazes de executar sua liberdade de pensamento e ação, mas mão de obra qualificada pela assimilação de conhecimentos técnicos a serem oferecido no mercado de trabalho (CHAUÍ, 2001).

Nesse sentido, a ideologia da competência mascara a realidade imposta pelo discurso daqueles que se dizem saber mais, o mais “inteligente”, o que sabe fazer, oprimindo ainda mais o menos “inteligente” e “burro”. Isso eterniza equívocos sobre os menos favorecidos. Diante dessa afirmação, é importante delimitar o conceito de “ideologia da competência” sob uma perspectiva meritocrática, na tentativa de reduzir sua amplitude de abstrações e subjetividades. Por conseguinte, essa pesquisa se limita ao objeto de estudo da ideologia da competência/meritocrática infiltrada dentro das organizações educacionais (CHAUÍ, 2001).

A ideologia da competência desmascara o discurso de dominação pelo “conhecimento” dos ditos inteligentes sobre as classes menos favorecidas não detentoras do conhecimento, criada para ser subserviente, confiando assim aos profissionais competentes o poder de decidir sobre a política, cultura, vida profissional, o lazer, entre outros. No contexto, educacional das Universidades, Marilena Chauí denuncia a relação de classes presente dentro da Universidade e detona a cobrança por produtividade que atende muito mais aos interesses industriais do que o conhecimento propriamente dito. Ela identifica os dois lados pouco livres da universidade: do ponto de vista econômico, voltado para economia e, do ponto de vista político, com o encolhimento do espaço público em favor dos interesses privados (CHAUÍ, 2001).

1.1 Efeitos da ideologia da competência, com foco no caráter do mérito, dentro do sistema educacional.

O autor do livro “A Tirania do Mérito”, ao analisar o papel erodente que a meritocracia teria numa comunidade cívica forte e saudável, com esse ideário introduzido num cenário de crescente desigualdade social haveria efeitos desastrosos, o aumento das desigualdades

provocado pela globalização e por meio de narrativas que valorizam a meritocracia, ou seja, de que todos têm a chance de crescer, trouxe implícito a ideia de que cada um seria responsável pela sua própria posição e, portanto, merecedor dela.

Dessa maneira, os menos favorecidos/afortunados seriam culpados por sua condição, ou ainda, por conseguinte, por se demonstrar solidariedade por eles. A parcela mais pobre da sociedade, com menos oportunidade de acesso a uma educação de qualidade, teria mais dificuldade também de inserção no mercado de trabalho (SANDEL, 1953).

Constata-se, então, que o mérito está muito mais relacionado às condições socioeconômicas dos mais ricos do que necessariamente à competência (o ato de saber executar algum trabalho, seja ele intelectual ou manual). Sendo assim, a meritocracia causa revolta por parte da sociedade contra as elites, devido à aparente superioridade e, conseqüentemente, promove injustiças para com a classe operária menos favorecida.

Na atualidade, os países com maior capacidade de mudança tendem a ser aqueles com maior igualdade. O potencial de crescer aparenta depender menos do estímulo da pobreza, do que do acesso à educação, à saúde e a outros recursos para serem bem-sucedidos ou não no mercado de trabalho (SANDEL, 1953).

A desigualdade social alcançou os mais elevados patamares nas últimas décadas, não acelerou a mobilidade ascendente, porém, ao contrário disso, consentiu a consolidação daqueles mais afortunados, suas vantagens e a possibilidade de passá-las à frente aos seus descendentes. É importante ressaltar que, mesmo quando a sociedade é perfeitamente igualitária, as questões relacionadas à justiça não seriam semelhantes para todos.

Uma análise pormenorizada do Sistema Educacional Superior brasileiro aponta com expressividade tensões que ocorrem em relação ao racismo enquanto fenômeno estrutural e emblemático, aparentando como um instrumento social insignificante sem expressividade e sem o esforço necessário ao pontuar a prática excludente que opera dentro do ambiente universitário, é articulado na lógica do mérito (ARBOLEYA; MEUCCI, 2023).

Verifica-se que não se trata apenas de competência e/ou mérito, afinal, dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) evidenciam um drama em relação à população do Brasil. Com mais de 50,74% da população brasileira, os negros são herdeiros de um processo social histórico desumano e excludente, indícios de vulnerabilidade e ajustes de cidadania inclusiva, categorizada na cor “preta” e “parda” (ARBOLEYA; MEUCCI, 2023).

Atualmente, a população negra é herdeira de um processo de desenvolvimento sócio-histórico, com indicativo de vulnerabilidade em relação à construção de um ajuste de cidadania inclusiva. Assim sendo, as relações raciais representam um drama estrutural persistente (ARBOLEYA; MEUCCI, 2023).

Outro dado alarmante referente à população negra economicamente ativa se refere a apenas 1,77 em 2014 possuir ensino superior completo, recebendo renda média inferior à dos brancos: R\$1.428,79 contra R\$ 2.510,44, respectivamente (IBGE, 2014). Entre os desempregados, os negros ainda são uma parcela significativa em ocupações precárias, com escolarização 20% menor que a população branca e, para além disso, o (IBGE, 2012) aponta um montante negativo de 70% de presença entre os analfabetos brasileiros (ARBOLEYA; MEUCCI, 2023).

A ideologia da competência mascara a realidade quando destaca um indivíduo no grupo por meio do mérito, atribuindo o reconhecimento e a ascensão social exclusivamente ao esforço pessoal. No entanto, nota-se que não há isonomia entre todas as classes sociais, negros, mulheres e, principalmente, negras idosas. Oferecer oportunidades igualitárias a todos seria uma maneira de garantir meios de superação dessa problemática (PINTO, 2016).

Conclui-se que o mérito é a “mensuração” ou a “idealização” da capacidade de demonstração produtiva de uma pessoa ou de um grupo de pessoas por intermédio de “talento, sucesso, empenho e inteligência” ao realizar determinadas atividades acima do esperado. Trata-se de uma qualidade atribuída a uma pessoa pela competência e, portanto, digna de recompensa.

2. CONCEITO DE MERITOCRACIA NO CONTEXTO SOCIAL

Mérito é uma palavra de origem latina, *meritum*, que significa castigo, ganho, lucro, pena. O indivíduo merecedor é aquele que apresenta um conjunto de qualidades intelectuais e morais aprovadas por meio de habilidade, inteligência, aptidão, dom vocação, capacidade; ele tudo faz para ser digno, sendo assim, merecedor de recompensa, elogio, prêmio, estima, apreço (WALZER, 2003).

O merecimento está estritamente ligado ao desenvolvimento exemplar de competências e habilidades; além disso, o mérito também está relacionado às estratégias que equilibram as relações dentro de uma lógica do pensamento dominante. Aquele que não descumprir as leis por ter uma conduta de obediência, perfeição, ordem e moral é dotado de “mérito”. Nesse sentido, também é um constructo do poder de um regime político. Refere-se ao ato de “ser diferente ou

de fazer a diferença”, e ao mesmo tempo, deve-se estar em conformidade com o princípio da igualdade (VALLE e RUSCHEL, 2010).

Portanto, o mérito é a premiação pela realização de um trabalho executado em benefício de alheios e em que se procura avaliar o preço do castigo ou da recompensa. Porém, a conceituação teórica de mérito vem paulatinamente ganhando uma nova roupagem e deixando de ser relacionado apenas às boas ações e passando a designar capacidade para o trabalho e para criação, talento, esforço, conhecimento inteligência, assumindo-se num marco importante que se contrapõe aos direitos herdados e ao nepotismo (VALLE e RUSCHEL, 2010).

É nesse cenário que a teoria do mérito se apropria de uma nova roupagem, justificando os valores e as normas propostas pelas sociedades ditas democráticas e reconhecendo, assim, as reformas burguesas (VALLE e RUSCHEL, 2010).

No nível ideológico, meritocracia pode ser entendida como um conjunto de valores que postula que um determinado indivíduo inserido em uma sociedade conquiste sua posição de acordo com o mérito de suas ações individuais (SOUZA; VASCONCELOS, 2021)

Segundo Barbosa, a conceituação da palavra “meritocracia” surge dissolvida nas discussões sobre avaliação, desempenho e justiça social, reforma administrativa do Estado e o neoliberalismo (BARBOSA, 2003).

Na verdade, no espaço público e nas diferentes dimensões de nossa vida, a conceituação do termo “meritocracia” refere-se a um dos mais importantes critérios de hierarquização e de ideologias das sociedades contemporâneas. Porém, no campo educacional e no meio científico, o termo “meritocracia” vem sendo cada vez mais utilizado (KREIMER, 2000).

É nessa conjuntura que nasce a meritocracia como sistema social, político e econômico em que os mais talentosos, mais competentes e mais qualificados obtêm seus privilégios e o poder exercido. Essa é a principal alegação em prol desse paradigma, que é o de que o governo e seus organismos meritocráticos promovem maior justiça que os outros sistemas hierárquicos, uma vez que as distinções não resultam de fatores culturais ou biológicos, como o sexo, a etnia ou a classe social, mas é pela educação que serão revelados os talentos e as virtudes, sendo essa a forma de exercitar a justiça social.

Nota-se que no ambiente escolar para o estudante pobre, desprovido de recursos financeiros, da cultura de elite, dos recursos pedagógicos, do acesso à tecnologia da informação, o mérito é uma questão de sorte, pois o merecimento não depende apenas dele, mas sim de

políticas públicas educacionais que favoreçam de fato uma aprendizagem significativa e de qualidade.

Uma escola que prepare mão-de-obra altamente qualificada capaz de realizar pesquisas no sentido de investigações tecnológicas e de inovações científicas como também em tomar decisões quanto à aplicação dessas ao processo produtivo. Portanto, faz-se necessária uma educação com qualidade igualitária para todos (VIEIRA, BORGES, GONZAGA, OLIVEIRA, 2013).

Criam-se indicadores de desempenho por meio da eficiência, eficácia e efetividade para avaliar “quem merece”, visando a resultados. A educação, para ser considerada de qualidade, passa por um controle que depende da eficácia e da equidade. Nos projetos do Banco Mundial, equidade aparece no sentido semelhante à diferença, segundo FONSECA, 1998. Quando se trata de reformas, nesse mesmo período, não se comenta mais o termo igualdade, mas sim, equidade ou diferença (VIEIRA, BORGES, GONZAGA, OLIVEIRA, 2013).

A desigualdade é vista como uma consequência natural entre os homens de uma determinada sociedade, considerando-se apenas aquilo que se pode fazer pelo indivíduo apoiado nas características e nos recursos locais, considerando os melhores resultados na relação custo/ benefício como qualidade (VIEIRA, BORGES, GONZAGA, OLIVEIRA, 2013).

No Sistema Educacional, o mérito também se manifesta dando forma à meritocracia escolar, tendo como principal responsabilidade descobrir e comprovar talentos e qualidades dos estudantes, conforme indicam os estudos de Bourdieu e Passeron (1975, p. 218). Desse modo, resulta na legitimação meritocrática a educação escolar hierárquica econômica e social (VIEIRA, BORGES, GONZAGA, OLIVEIRA, 2013).

A função fundamental da educação é formar indivíduos capazes de atender às demandas do sistema produtivo da sociedade industrial, trabalhadores, com espírito de empreendedorismo e formação técnica necessária. Portanto, as políticas públicas educacionais gerenciais buscam, na sua maioria, dar conta desse modelo industrial vigente (VIEIRA, BORGES, GONZAGA, OLIVEIRA, 2013).

A gestão educacional brasileira passa a ser planejada com o propósito de viabilizar um novo modelo de gestão com a intenção de atender às exigências da economia mundial e à atual configuração do Estado. Nesse sentido, o Estado, com a necessidade de dar conta das transformações e demandas ocorridas no sistema capitalista, permitiu a entrada para as agências multilaterais (VIEIRA, BORGES, GONZAGA, OLIVEIRA, 2013).

Dessa forma, o Estado permite que as agências multilaterais, como O Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, a Organização das Nações Unidas para educação, Ciência e Cultura, possam inferir nas políticas econômicas e sociais dos países que estão em desenvolvimento (VIEIRA, BORGES, GONZAGA, OLIVEIRA, 2013).

Dentro do contexto capitalista Neoliberal, o princípio fundamental é a busca pelo lucro privado ou corporativo daqueles que fornecem os lucros do trabalho à classe capitalista; e noutro sentido acontece a prática da exploração da classe trabalhadora que executa a força de trabalho.

Segundo Raduntz (2002), há uma tendência que sempre foi integrada ao capitalismo, a qual diz respeito à globalização, que não é um fenômeno apreciativo recente, mas que é algo esperado dentro das tendências expansionistas capitalistas desde seu surgimento como forma viável.

Para os neoliberais, o lucro é algo de suma importância, e não é piedoso para os menos favorecidos. Desse modo, os serviços públicos como os privados da saúde, educação, fornecimento de água potável, sistema de transportes ferroviários, são geridos para potencializar os lucros de seus acionistas que, por sua vez, não fazem parte do programa de globalização e dos planos do capital neoliberal para o desenvolvimento sustentável ou para manter a integridade dos países subdesenvolvidos.

O motor das políticas públicas é a busca incessante pelo lucro, pela riqueza da classe capitalista em detrimento da classe trabalhadora do bem público social e comum a todos, uma grande irresponsabilidade com os que podem menos (HILL, 2003).

O autor McMurtry (1999, Apud HILL, 2003) argumenta que “a patologização do Modelo de Mercado, o mercado livre, é uma ilusão, é um sistema que favorece às grandes corporações multinacionais e transnacionais, agindo como um ‘câncer’ do capitalismo, incorporando e destruindo as pequenas empresas inovadoras”.

A valorização excessiva do capitalismo, dos comandos globais das agências do capital internacional, a privatização dos serviços públicos, apoiados pelo desequilíbrio de alguns governos que resistem e, por fim, pelas cavalarias armadas dos Estados Unidos, e seus aliados e representantes, originam a criação de mercados globais competitivos para educação, bem-estar social e outros serviços públicos.

No que diz respeito à educação, os mercados educacionais são marcados pela seleção e exclusão e acompanhados por um quadro de desigualdade tanto no âmbito nacional quanto internacional. De modo geral, os capitalistas nacionais e globais anseiam cortar gastos públicos para reduzir os impostos sobre o lucro, com a intenção de aumentar o capital, por isso acontecem as privatizações de escolas e de outros fornecedores de ensino, corte de subsídios estatais para a educação e outros serviços. Isso tudo é somente uma parte das estratégias educacionais da classe dominante capitalista contra o Estado do bem-estar social público (HILL, 2003).

Segundo Laval (2004), a justificação e a legitimação da ideologia do neoliberalismo se dá de duas formas: uma, a partir do desencorajamento do Estado em assumir a educação pública, e a outra, com a competição entre famílias por melhores escolas. As escolas públicas, de acordo com os teóricos neoliberais, são pouco atraentes e eficientes e não dialogam com as demandas da sociedade moderna (FÁVERO; TREVISOL, 2020).

Em função disso, para aqueles que defendem a ideologia neoliberal, o sistema de ensino deve ser plural, aberto, flexível e dinâmico para atender aos interesses e às demandas contemporâneas de emprego e do mercado de trabalho. Para Laval (2004), a educação escolar precisa se libertar de toda e qualquer burocratização, principalmente das amarras prescritas pelo Estado. Ainda segundo ele, a educação é vista pela teoria neoliberal como um bem de capitalização privado, que traz sacrifícios e benefícios para algumas famílias (FÁVERO; TREVISOL, 2020).

Muitas famílias, ainda que sejam de baixa renda, buscam incessantemente as melhores escolas para seus filhos estudarem e essa livre escolha dos pais gera resultados de excelência para todos. “A fundamentação principal, que sustenta a argumentação de todos os modelos de ensino é que se não se basear nas premissas da concorrência poderiam ser fracassados. Desse modo, é no interior da instituição escolar que se efetiva com sucesso a ideologia neoliberal (FÁVERO; TREVISOL, 2020).

3. IDEOLOGIA DA COMPETÊNCIA DENTRO DO AMBIENTE EDUCACIONAL E SEUS EFEITOS NEGATIVOS

Neste contexto, o Sistema Educacional passa por transformações com intuito de atender à atual sociedade. É desse modo que a educação passa a adquirir novos conceitos quanto à

qualidade oferecida, a qual trouxe na sua origem diversas reformas educacionais subsequentes. Critérios rígidos de mérito, como avaliação constante de desempenho, treinamentos sistemáticos, existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, passam também a serem considerados. Esse modelo proposto pela globalização está explicitamente ligado a uma "avaliação estrutural" gerencial de controle de qualidade flexível, mas irreversível. Essas questões aparecem no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Brasil, 1995, p. 16).

Verifica-se, portanto, que o mérito, visto como "capacidade" "talento" "empenho" "surge" e transforma-se com a intenção de atender às necessidades do modelo econômico que está em vigência. A educação, por sua vez, é conduzida por meio das Políticas Públicas Educacionais impostas pelo Estado que atendem de acordo com as prioridades do mercado mundial.

Para Laval (Apud FÁVERO; TREVISOL, 2020), a instituição escolar é uma prestadora de serviços para satisfazer e atender as necessidades e as exigências utilitárias do mundo capitalista. Pensar em outro tipo de instituição escolar de outra maneira que não seja contratual e mercantil dificulta outras propostas educativas. É assim que a escola é vista como empresa ou quase empresa e que, por sua vez, demonstra seus efeitos negativos mascarados pela ideologia neoliberalista.

Ligar o conhecimento educacional à formação como resultado monetário torna uma concepção rasa de educação de qualidade. Desse modo, a educação é dirigida com finalidades específicas de cunho utilitarista, com vistas a adquirir valores monetários. A aprendizagem adquirida ao longo da vida serve para garantir as necessidades econômicas vigentes do mercado. Os currículos de base epistemológicas são elaborados e adaptados aos interesses do mercado, de tal forma que os estudantes deverão desenvolver habilidades e flexibilidade às mudanças econômicas do mercado contemporâneo.

Para Laval (apud FÁVERO; TREVISOL, 2020), a competência do indivíduo está ligada às exigências de eficácia e flexibilização frente às mudanças solicitadas do mercado produtivo da contemporaneidade.

Portanto, observa-se que a escola não atende às expectativas das famílias ao afirmar que a inovação e a profissionalização no ambiente escolar seja fator determinante para superação de crises e dilemas sociais presentes em uma sociedade desigual, recheada de incertezas cada

vez mais numerosas diante de um movimento científico e tecnológico sempre em ascensão e que exigem do estudante maior qualificação profissional/ qualidade educacional.

Dentro de um ambiente educacional, ao exaltar a ideologia da meritocracia, em que o único ponto que separa o apto é a questão acadêmica, o nível de especialização, o contexto técnico, há o esquecimento de outras divisões importantes, como a econômica, social, política, cultural, dentre outras (SILVA, 2015).

O processo de aprendizagem, o qual o professor centraliza, é uma atividade que envolve uma série de fatores, além da mera transmissão do conteúdo, envolve fatores interclasse, tais quais aqueles de origem extraclasse, como aspectos sociais e econômicos, conforme estabelece Cardoso (2016).

A partir das considerações acima apresentadas, é notório que o processo de ensino e aprendizagem não ocorre apenas dentro de um ponto de vista técnico, dado que outros fatores também acabam influenciando, visto que a propagação da ideologia da competência gera efeitos negativos, por não dar a devida importância a aspectos culturais, sociais, econômicos, que, sim, participam do campo pedagógico, logo eles acabam influenciando no processo de aprendizagem. Dentro da discussão, Gomes pondera que

A ideologia da competência surge como uma forma de se justificar determinados engendramentos sociais, dentro de uma dada racionalidade, bem como dissimular formas contemporâneas de exploração e dominação atreladas a concepções neoliberais (GOMES, 2019, p. 96).

Diante do cenário descrito anteriormente, nota-se que a ideologia da competência, do ponto de vista que a mesma acaba sendo um instrumento ideológico, em prol dos conceitos neoliberais, visando a um ensino mais voltado para o mercado, ao invés da discussão teórica, com base no desenvolvimento científico de determinada área, gera efeitos nocivos à questão do senso crítico do aluno, uma vez que cabe a ele aceitar o que lhe é dito, já que ele não possui direito de fala, justificada por sua qualificação técnica.

Ao ponto que a ideologia da competência retira do aluno o seu poder de discussão e de fala, ela reduz o processo de aprendizagem, visto que, mesmo que o aluno tenha uma experiência prática que contribua para a discussão apresentada em sala de aula, ele não pode dizer, pois ele não é capacitado.

O professor é o principal mediador do conhecimento para o aluno, na infância esse papel é de maior relevância, em vista do contato inicial do indivíduo com o mundo, aspecto social,

cultural; já em fases acadêmicas mais elevadas, como o ensino superior, o aluno possui uma maior autonomia. Mesmo na faculdade, ou em níveis acadêmicos superiores, em que o aluno tem o poder de ser mais independente, o professor continua com um papel de grande valia na intermediação do conhecimento, através de pesquisas e experiências profissionais (PEREIRA, 2014).

Conforme o exposto, o professor tem papel de mediador, da pessoa que ensina o aluno a obter o conhecimento da forma correta, permitindo a ele pensar sobre o assunto, tirar conclusões, colaborar com o desenvolvimento científico da área, ao invés disso, a ideologia da competência passa uma ideia de que o professor é a informação, ao invés do mediador dela.

De acordo com Silva (2015), a partir de um contexto autoritário, similar ao empregado durante o regime ditatorial estabelecido na história do Brasil, o qual visava a tirar o poder de contestação da população, a ideologia da competência faz um trabalho similar dentro de ambientes educacionais, em que o professor acaba exercendo um papel autoritário, impedindo discussões com os alunos.

Mediante ao que foi apresentado, nota-se que a ideologia da competência, de modo gradual, acabou por adentrar nos ambientes educacionais, sobretudo, naqueles em que o aluno deveria ter maior liberdade para discutir conteúdos com os professores, como faculdades, expondo a faceta nociva da ideologia da competência dentro de ambientes acadêmicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o apresentado, o estudo trouxe uma discussão sobre a ideologia da competência, como ela atua dentro do ponto de vista social, tal qual a sua incidência no campo educacional, e como ela acaba por provocar alguns efeitos negativos no processo de ensino e aprendizagem.

Através dos textos de Marilena Chauí, a autora traz o conceito de ideologia da competência, em que nele o indivíduo que possui conhecimento técnico, formação acadêmica, especialização, possui o direito da palavra dentro de atividades pedagógicas.

Nota-se que, de acordo com o apresentado durante o texto, que a ideologia da competência possui um viés social, ela acaba influenciando no aspecto exploratório, visto que nem todos possuem acesso a conhecimento, logo, diante do conceito apresentado, eles não possuem direito de fala, mediante a um indivíduo mais capacitado.

De acordo com o exposto, uma das relações pedagógicas mais conhecidas é a do professor e aluno, ilustrada principalmente por ambientes pedagógicos formais, como escolas, colégios, faculdades, dentre outros. Logo, esse é um meio de propagação da ideologia da competência.

Assim, o estudo evidenciou os efeitos negativos que a ideologia da competência traz para o processo educacional, em vista que as discussões e a troca de ideias entre aluno e professor acabam sendo interrompidas pelo conceito de ideologia da competência.

Logo, ela gera alunos com um senso crítico menor, mediante a sua falta de meios para debate, influenciando de forma negativa o campo científico, dado que o questionamento é uma das principais premissas científicas para o desenvolvimento social como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBOLEYA, A.; MEUCCI, S. Trajetórias de docentes negros no ensino superior brasileiro e a construção de significados para o mérito “incomum”. 2023. Disponível em: <https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Arilda%20Arboleya%20-%201020301%20-%203590%20-%20corrigido.pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

BARBOSA, L. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil? Revista do Serviço Público, ano 47, vol. 120, n. 3, 1996.

CARDOSO, M. R. G. O professor do ensino superior hoje: perspectivas e desafios. Cadernos da Fucamp, vol.15, n. 23, p. 87-106, 2016. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/viewFile/837/596>. Acesso: 18 de fevereiro de 2023.

CHAUÍ, M. A ideologia da competência. vol. 3, São Paulo: Editora autêntica, 2014.
_____. O que é Ideologia? vol. 13, São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

CODATO, A. O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação. Política & Sociedade, vol. 15, n. 32, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/304717114>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

FÁVERO, A. A.; TREVISOL, M. G. Quando a educação se torna um negócio: ideologia neoliberal na educação e a cristalização do novo senso comum pedagógico. Educação Unisinos, vol. 24, 2020.

GOMES, G. M. Future-se: reflexões a partir de uma ideologia da competência e autoritarismo. Revista Novos Rumos Sociológicos, vol. 7, n. 12, 2019.

HILL, D. O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. Currículo sem Fronteiras, vol. 3, n. 2, p. 24-59, 2003. Disponível em:



<https://biblat.unam.mx/pt/revista/curriculo-sem-fronteiras/articulo/o-neoliberalismo-global-a-resistencia-e-a-deformacao-da-educacao>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023.

PEREIRA, L. A. dos S. Os desafios enfrentados pelos professores na atualidade. Monografia (Pós Graduação em Fundamentos da Educação), Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/206109/PPAU0178-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023.

SOUZA, A. R. da S.; VASCONCELOS, I. F. F. G. de. Meritocracia e gestão de pessoas por competências: tema utópico ou realidade organizacional? Cad. EBAPE.BR, vol. 19, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/B9yzBbYXxCrXB9vVNTrY36L/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

SILVA, M. Universidade administrada e ideologia da competência no Brasil contemporâneo. Verinotio revista on-line, n. 20. Ano X, 2015.

SANDEL, M. J. A tirania do mérito: O que aconteceu com o bem comum? ed. 6, São Paulo: Civilização Brasileira, 2020.

VIEIRA, C. M. et al. Reflexões sobre a meritocracia na educação brasileira. Revista Reflexão e Ação, vol. 21, n. esp., p.316-334, 2013. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.